

As prioridades do BIRD nos países latinos

GAZETA MERCANTIL

18 MAR 1994

por Celso Pinto
de Brasília

Esta é a primeira vez que um programa de ajuste brasileiro está apoiado por um consenso político entre os principais atores, incluindo os ricos. Só será bem-sucedido, contudo, se a sociedade acreditar que o governo manterá seu rumo contra a inflação, em cada etapa do programa, mesmo que isso exija medidas difíceis e politicamente impopulares.

"Não é difícil derrubar a inflação, o que é difícil é sustentar os progressos em direção à estabilização dos preços", argumenta Shahid Javed Burki, o economista paquistanês que assumiu, há dois meses, o cargo estratégico de vice-presidente para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial (BIRD). Em sua primeira visita ao Brasil em seu novo cargo, e depois de contatos com empresários e economistas em São Paulo e autoridades em Brasília, Burki deu sua primeira entrevista formal à imprensa brasileira, a este jornal, na noite de quarta-feira.

Cauteloso, preferiu não comentar qual poderá ser a atitude do BIRD no apoio ao acordo do Brasil com os bancos privados. Lembrou apenas que o primeiro passo é um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele não disse, mas outras fontes deixaram claro, que o comunicado conjunto feito pelo Fundo e pelo governo brasileiro em Washington, na quarta-feira, torna frágil a possibilidade de um acordo do tipo "stand by" com o FMI e indica a existência de dúvidas em relação ao programa.

Antes de ser nomeado para a América Latina, Burki dirigiu, de 1987 a 1993, o departamento do BIRD que cuida da China e da Mongólia. Por essa razão, ele incorpora com frequência, em sua análise, lições de sua experiência chinesa e com o Sudeste asiático.

Burki vê com um aguçado senso crítico o recente progresso econômico latino-americano. "Vim para a América Latina achando que seria muita melhoria da situação econômica", diz. "Descobri que a América Latina tem ainda um longo caminho pela frente antes que possamos dizer que um desenvolvimento sustentável é possível no Continente." Existem, a seu ver, enormes diferenças em relação ao que aconteceu com os países asiáticos.

A América Latina tem uma enorme dívida a saldar em termos de desenvolvimento humano e social e da infra-estrutura. "Houve uma piora na área social", constata Burki. Ao contrário da Ásia, a taxa de poupança interna latino-americana é baixa, existe uma forte dependência externa para os investimentos e o retorno produtivo sobre o capital é muitas vezes menor do que o dos países emergentes asiáticos.

O salto adiante depende "da volta ao que o desenvolvimento significa: melhoria na infra-estrutura, nos recursos humanos, nas instituições, preservando o meio ambiente". Essas são as quatro áreas prioritárias de ação do BIRD na região.

De sua experiência asiática, Burki trouxe também a convicção de que o desenvolvimento depende de um Estado forte. Por quatro razões:

1) Só o Estado pode asse-

gurar que os pobres terão os serviços necessários.

2) O Estado Central deve manejar a política fiscal e monetária. Na China, a descentralização chegou ao ponto de os estados emitirem suas próprias moedas, o que inviabilizava o controle econômico.

3) Por seu papel regulatório: "O setor privado trabalha por lucro, o Estado pelo bem-estar e é preciso assegurar que a busca do lucro não colocará em risco o bem-estar". Os Estados Unidos são, nesse sentido, "um exemplo de Estado forte".

4) Só um Estado forte é capaz de liberar as relações externas (acima dos interesses particulares) e, por exemplo, baixar tarifas. Estado forte, contudo "não quer dizer Estado intervencionista".

(Continua na página 19)

Estudo do Banco Mundial procura enfatizar o sucesso de países africanos que optaram por políticas macroeconômicas voltadas para os ajustes estruturais. Mas, segundo o The Wall Street Journal, a mensagem do banco dá uma idéia falsa da enorme magnitude da tarefa de promover o desenvolvimento da África.

(Ver página 2)

As prioridades do BIRD...

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Nos seus contatos no Brasil, Burki ouviu um apoio otimista de empresários ao plano de ajuste e algumas fortes advertências críticas de economistas como Affonso Celso Pastore. Ele diz que o banco ainda não tem uma visão definitiva sobre a consistência fiscal do plano. Alguns aspectos gerais, de todo modo, o animam.

Burki tem uma análise interessante sobre o que chama de "consenso político" interno em torno do programa brasileiro. De forma geral, sugere, a inflação afeta os pobres, que não têm mecanismos de defesa para seus ativos, e a parcela da classe média engajada no setor formal da economia que recebe salários fixos (ou imperfeitamente indexados). As "classes proprietárias", ou seja, os ricos, "sempre encontram uma forma de se acomodar à inflação alta".

Desta vez, contudo, supõe Burki, até mesmo os ricos estão apoiando um programa que derrube a inflação. A razão é simples. "Numa economia mais aberta, com o comércio mais aberto, mais integrada à economia mundial, a inflação torna muito difícil o planejamento a médio e longo prazo", argumenta. "Inflação numa economia aberta não é boa nem mesmo para os ricos."

Outro ponto central com que ele concorda é o dese-



Shahid Javed Burki

nho de um programa de ajuste por etapas, com certa heterodoxia e flexibilidade, "desde que a sociedade acredite que a flexibilidade não significa falta de resolução para atacar a inflação". Mais uma vez, ele usa o paralelo com a China.

A transição chinesa de uma economia socialista para uma economia de mercado levantou questões básicas. Alguns defendiam a ideia de um "big bang": um choque que transformasse de imediato as regras.

Burki e o BIRD sempre apoiaram "a visão que os mais cínicos definiam como dois passos para a frente e um para trás". Isto é, "a China decidiu, com nosso apoio, que a situação era tão complexa que a experimentação, tomando os passos quando necessário, era a melhor maneira de agir". Um planejamento

Empréstimos sem desembolso

por Celso Pinto
de Brasília

Existem US\$ 5,6 bilhões de empréstimos aprovados pelo Banco Mundial (BIRD) ao Brasil que nunca foram desembolsados. É um dinheiro disponível, a maioria concentrado nas áreas agrícola, de suprimento de água, transportes e educação, sobre os quais o País paga taxas mas que não chega a seu destino.

Esse foi um dos pontos centrais discutidos pelo novo vice-presidente do BIRD para a América Latina e o Caribe, Shahid Javed Burki, com o ministro do Planejamento, Beni Veras, na quarta-feira em Brasília. Burki disse a este jor-

nal que a situação existe por duas razões principais.

De um lado, as restrições orçamentárias têm impedindo que o Brasil aplique a contrapartida necessária em cruzeros reais em alguns projetos. Outra razão é a diferença entre a lei brasileira de licitações e as exigências do BIRD nessa área.

Veras disse a Burki que está sendo feito um esforço para acomodar as diferenças no caso das regras para licitações. O problema dos recursos não desembolsados se arrasta por anos sem solução. Veras prometeu que tentará enfrentar essa questão de forma prioritária.

antecipado de todos os detalhes e reações era impossível.

Da mesma forma, ele acha que os mecanismos desenvolvidos pela sociedade brasileira para conviver com a inflação são tão complexos e arraigados que justifica-se a decisão do governo de fazer um programa por etapas.

"O Brasil tem uma situação tão complexa e não ortodoxa que torna razoável as autoridades fazerem um programa por etapas", diz. "Porque a situação não é ortodoxa a solução também não deve ser ortodoxa", acredita. Isso justificaria o componente do programa desenhado para a desindexação da economia,

ao lado dos componentes clássicos de controle fiscal e monetário.

Mesmo que o programa de ajuste macroeconômico dê certo, de todo modo, este é apenas um pré-requisito, não uma garantia de um processo sustentável de desenvolvimento, como Burki deixou claro na análise de outros países latino-americanos.

Como um todo, houve progresso na estabilidade macroeconômica, mas uma piora na situação social e insuficiência de investimentos em áreas cruciais como infra-estrutura. Esta é a etapa que deve ser superada para garantir um desenvolvimento sustentável.